

PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS NA FORMAÇÃO E TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS

Letícia Machado de Araujo ¹

Pollyanna de Souza Carvalho ²

Verônica Gonçalves Azeredo ³

I. INTRODUÇÃO

A delimitação desta temática tem por base, uma proposta de diálogo entre formas de sociabilidades banhadas por forte onda conservadora que atinge principalmente o Brasil nos dias de hoje e afeta o processo de formação e trabalho dos assistentes sociais. O crescimento do número de evangélicos na década passada, conforme indicação do IBGE (2000-2010) incide sobre diversas esferas da vida social, como por exemplo, o atual perfil do Congresso brasileiro, caracterizado por expressiva bancada evangélica representante da matriz mais conservadora- a pentecostal. Vê-se a laicidade do Estado ameaçada e conseqüentemente a expansão de princípios religiosos revestidos de uma moralidade que lhe é própria se sobrepondo a princípios éticos, cívicos e políticos.

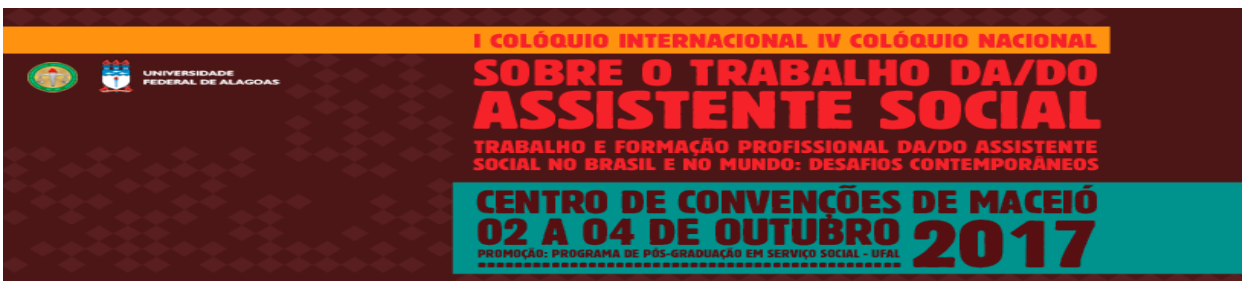
O objetivo deste trabalho é elencar alguns elementos que nos permitam refletir de que modo é possível conjugar a moral-religiosa com princípios ético-políticos, no âmbito do Serviço Social?

Com tal problematização não queremos afirmar que assistentes sociais que professam uma religião imprimam ao seu trabalho um modo puramente religioso. Não é esse o fluxo da análise, o que queremos refletir é sobre algumas das variáveis como as de classe, gênero, religiosas e políticas que fornecem subsídios à compreensão dessa questão.

¹ Graduanda do 5º. período do curso de Serviço Social da UFF/Campos dos Goytacazes-RJ, pesquisadora do GRIPES. E-mail: leticiamaraujo21@gmail.com;

² Graduanda do 5º. período do curso de Serviço Social da UFF/Campos dos Goytacazes-RJ, pesquisadora do Gripes. E-mail: pollyannacecf@gmail.com;

³ Professora Doutora em Política Social do Curso de Serviço Social da UFF/Campos dos Goytacazes-RJ, pesquisadora do Gripes e coordenadora do Sub-projeto Determinantes Sócio-políticos e culturais no Serviço Social- vinculado a pesquisa Mercado de Trabalho e Espaços Sócio-Ocupacionais na Região Norte e Noroeste Fluminense/FAPERJ . E-mail: vgazeredo@gmail.com



Para tal, optamos pelo caminho metodológico da pesquisa bibliográfica, explorando fontes, cujo produto era resultante de pesquisas realizadas em diversos estados do país, recortadas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos investigados eram estudantes ou profissionais da área. Tais pesquisas foram conduzidas por Couto (2002), Almeida (2003), Simões (2008), Souza (2010), Maia e Silva (2011), Santana e Matos (2015), Pinheiro (2015). Somado a esse percurso metodológico, constitui fonte relevante, a pesquisa sobre perfil profissional do assistente social, realizada pelo CFESS (2005).

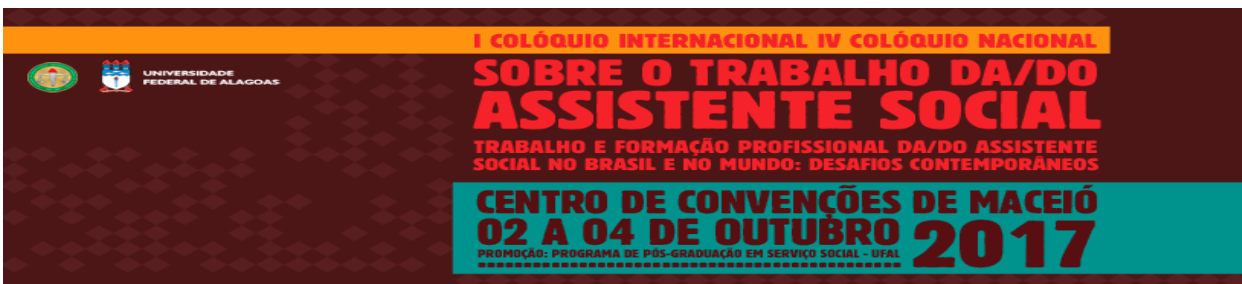
Do diálogo entre o que foi produzido por estes pesquisadores, elenca-se uma série de determinantes que compõem o quadro dos princípios que incidem sobre a formação e o trabalho dos assistentes sociais na atualidade. Dentre estes princípios, o religioso, figura como herança de um processo de socialização primária que atravessa o processo de socialização, mediado por referências teórico-metodológicas presentes no cenário da formação universitária e daqueles vinculados aos princípios ético-políticos da profissão. Diante tais considerações, o que essa realidade nos informa? Quais as conexões entre a dimensão religiosa e o trabalho dos assistentes Sociais? O diálogo com preceitos religiosos interfere e/ ou inviabiliza o projeto ético-político da profissão?

Que estas questões relacionadas ao tema possam nortear análises daqueles que se propõem a ele se dedicar.

II. DESENVOLVIMENTO

Sobre o prisma da contemporaneidade, Barroco (2011) revela que o conservadorismo moderno se manifesta de modo diverso e incide na sociedade em seu conjunto. A dimensão tradicional do conservadorismo aparece metamorfoseada, sobre diferentes ângulos e influencia as respostas que o Estado neoliberal apresenta às expressões da questão social. O interesse é pensar como esse processo ocorre no âmbito da formação e atuação profissional do assistente social, uma vez, estes estão sujeitos como demais segmentos da sociedade estão a mercê da influência de valores conservadores que vem assumindo novas roupagens no contexto político e social (BARROCO, 2011 apud PINHEIRO, 2015, P.197).

O ponto de vista de Pinheiro (2015, p. 203), é o de que a emergência do neoconservadorismo possui como elemento de sua causalidade, a necessidade de reação à

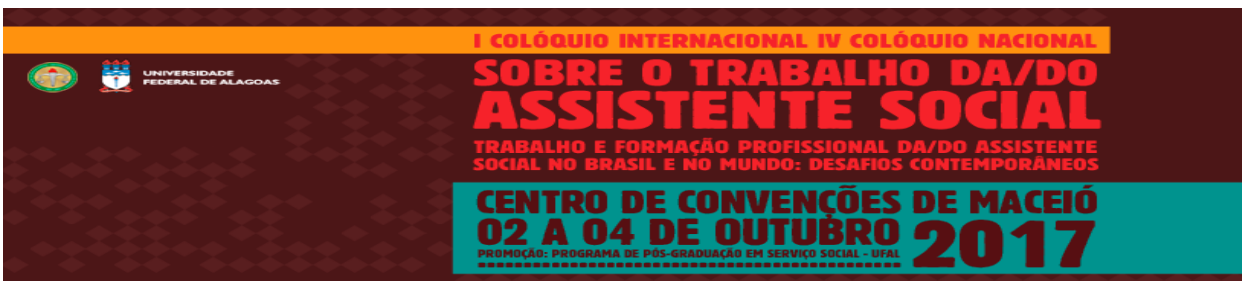


crise estrutural, vivenciada pelo capital no âmbito econômico, político e cultural aliado à importância de reação às diversas lutas e conquistas que se deram no século XX, tanto no mundo do trabalho, quanto nas questões de gênero, diversidade sexual, juventude, raça, etnia, geração, etc.

No fluxo desse pensamento, observa-se que o neoconservadorismo religioso ao se espalhar desde o cotidiano dos indivíduos até às questões políticas, no direcionamento do ataque e supressão de direitos, inclui-se, no plano da reprodução cultural das desigualdades. É nesse sentido, que política, religião e preconceitos passam a se expressar de forma e intensidade distintas e desordenadas com relação à outro tempo, sendo contudo, frutos de um mesmo processo, em que o conservadorismo aparece flexível para realizar as reformas necessárias à manutenção de sua força e direção, em conformidade com a atual conjuntura (Ibid., p.198).

Na medida em que o neoconservadorismo religioso é detentor de uma lógica machista, patriarcal e heterossexista, inerente aos seus dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas, torna-se um potencial obstáculo à efetivação da vertente teórico-metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social nos anos 80. Neste sentido, tende a dificultar a efetivação dos princípios preconizados no Código de Ética Profissional legitimado nos anos 90, cuja materialidade, deve se dar na atuação profissional e nas instâncias político-organizativas da profissão, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), centros e diretórios acadêmicos das unidades de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (Ibid., p. 201)

Pinheiro (2015, p.209), em pesquisa na Universidade Estadual do Ceará, com alunas do curso de Serviço Social, indaga sobre em que medida a moralidade religiosa, incorporada a partir do cotidiano dos sujeitos, impacta na formação destes estudantes e por meio de entrevistas realizadas, observa que vários são os diálogos em que a justificativa das opiniões individuais e a reprodução de posicionamentos, advindos de lideranças religiosas aparecem calcadas em argumentações fundamentadas numa moralidade religiosa. Contudo, evidencia-se a dificuldade de articulação dos preceitos religiosos oriundos do processo de socialização das estudantes, iniciado fora da esfera acadêmica com os preceitos ético-políticos da profissão.



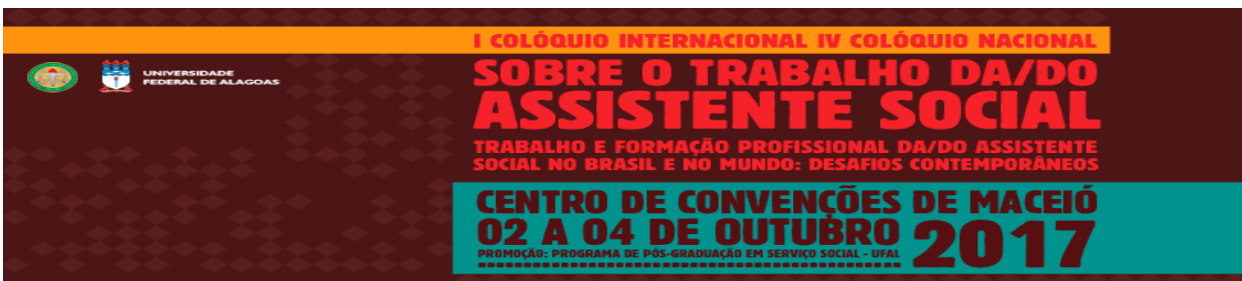
O referido pesquisador ainda observa que as diferenças entre os questionamentos técnico-científicos e éticos-políticos presentes no ambiente acadêmico e os valores que os/as estudantes trazem, enquanto herança de seu processo de socialização culmina em processos de dúvidas e angústias, que atravessam o curso. Desse modo, a moralidade religiosa aparece como elemento que incide sobre valores socializados no ambiente acadêmico, gerando um choque, que na percepção das estudantes deriva do fato de que o ambiente acadêmico é desfavorável aos debates religiosos (Idem., p. 201).

Os relatos das estudantes acerca das causas que as conduziram a escolha pelo Serviço Social, mostram que a superficialidade da análise inicial sobre a profissão, não tem origem apenas em suas percepções individuais, mas também na imagem preponderante do Serviço Social no imaginário da sociedade – em consonância com o modo como ela foi criada e legitimada, num movimento de imbricação entre conservadorismo e fundamentos religiosos (Idem., p. 209).

Importa destacar a partir destas problematizações de Pinheiro (2015), que a escolha pelo curso de Serviço Social é orientada por uma dimensão cultural, a partir de crenças e valores construídos de uma sociedade, onde preside elementos classista e machista. Conforme Manrique de Castro (2011 apud PINHEIRO, 2015, p. 209), a visão estereotipada sobre o fazer profissional do assistente social, não se limita apenas aos que chegam à formação, uma vez que se faz presente em espaços sócio-ocupacionais, na percepção de muitos gestores das políticas sociais, na imagem construída por alguns usuários e no entendimento dos profissionais de outras áreas, o que contribui para gerar tensões no campo profissional e na afirmação das reais atribuições e competências dos assistentes sociais.

Neste sentido, cabe pontuar que de acordo com o CFESS (2005), 97% do quadro profissional do Serviço Social brasileiro têm mulheres em sua composição. Conectado a esse dado, a PNAD/IBGE 2013 revela que o curso de serviço social é o terceiro curso feminino do país, com 157.919 estudantes mulheres, perdendo para os de Pedagogia (568.030 estudantes do sexo feminino) e Enfermagem (194.166 discentes mulheres). Importa destacar, também, que o elemento feminino historicamente tem sido associado à dimensão do cuidado e da proteção.

De acordo com Simões (2008, p.51) ao atuar na garantia dos direitos dos usuários, os profissionais do Serviço Social, figuram como seus protetores, como uma espécie de

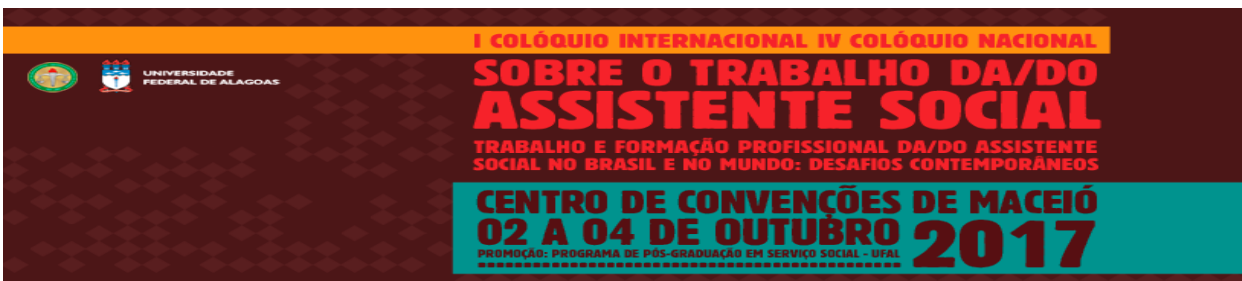


“mãe” ou “pai” daqueles que carecem de terceiros para o provimento de suas necessidades. Simões (Idem) segue este raciocínio, inspirado no argumento de Castel (1998, p.305), de que “a política social é necessariamente de natureza moral, na medida em que está voltada a grupos em situação de minoridade”. O aspecto religioso é elemento constitutivo das determinações culturais que influenciam a escolha pelo Serviço Social e com isso impacta no perfil profissional. Conforme expressa Simões (2005) o ideal do “bom samaritano”, traduzido na ideia de “fazer o bem através da ajuda ao próximo” é a principal motivação para grande parte daqueles que optam por este curso.

No mesmo fluxo da análise de Simões (2005), Pinheiro (2015, p. 210) observou na referida pesquisa, quanto as motivações para a escolha do curso, que a perspectiva do cuidado, da caridade e da ajuda ao próximo são elementos presentes nas falas dos familiares no processo de incentivo das estudantes para buscarem essa graduação. Uma vez que a representação social da categoria profissional, expressa nas falas desses parentes, o exercício de uma profissão que demanda um “fazer com boa vontade” e com “vocação”.

Souza (2010), em ocasião de seu mestrado, indaga como a religião impacta a subjetividade dos sujeitos e para além de documentos oficiais, analisou testemunhos com o objetivo de focar nas narrativas que apontavam para as bases culturais e em consonância com as análises de Armstrong (2001 apud Souza, 2010, p.5), pode observar que o fundamentalismo religioso não é simplesmente uma resistência ao mundo moderno, mas uma reação à crise que o mundo moderno instala nas comunidades religiosas.

Além disso, consta na referida pesquisa a análise de documentos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), que qualificam o movimento de emancipação da mulher de “filosofia mundana” e identificam o feminismo como algo “contrário às escrituras”, expressando, portanto, uma clara tentativa da Igreja em desqualificar os processos emancipatórios modernos. Na visão de Souza (ibid., p.4) tais documentos mostram-se uma ameaça à afirmação da tradição religiosa. Destaca, como outro dado relevante, o fato da Igreja buscar intervir no processo de socialização das mulheres presbiterianas por meio da Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF), o que significa que a vivência dos indivíduos se articula a um meio que afirma uma ordem de gênero com assimetria de poder e afirmação da diferenciação no processo de socialização de homens e mulheres (Idem, 2010, p.05).



Por outro lado, destaca-se que a Igreja não é a única instituição social responsável pelo repasse de uma moralidade religiosa para os sujeitos, tal processo, também se constrói no seio familiar, pois tradicionalmente a família é interpretada por diferentes Igrejas como *locus* privilegiado de transmissão e socialização dos preceitos religiosos (MACHADO, 2006, p.103-104 apud SOUZA, 2010, p.6).

Em outra abordagem Couto (2002), em pesquisa realizada na periferia de Recife, com a população do bairro Ibura, observou que no momento da conversão à uma religião a construção de vínculo afetivo do sujeito com o grupo de crença, rebete em modificações que abrangem sua identidade pessoal subjetiva, no tocante a maneira como o sujeito compreende a si e ao mundo (CAROZZI E FRIGÉRIO, 1997 apud COUTO, 2002,p.19).

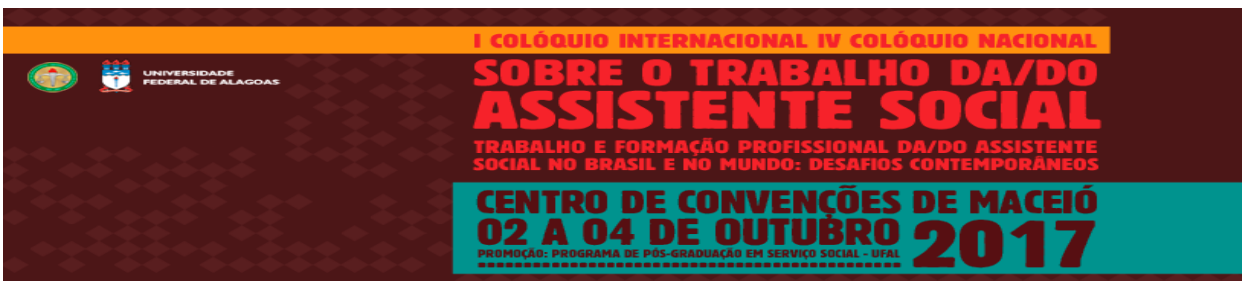
Através dessas aproximações, por meio de pesquisas realizadas, pela via da exploração do objeto da socialização religiosa e da influencia desse processo no Serviço Social, o que se pretende aqui, é destacar alguns elementos que fomente reflexões em torno da moralidade religiosa e em que medida ao incidir na subjetividade dos indivíduos (no caso específico, dos assistentes sociais), pode ser obstáculo à efetivação do direcionamento ético-político, solicitado pela profissão.

Como bem expressa Pinheiro (2015, p. 205-207), o fundamentalismo religioso e a intolerância que avançam na contemporaneidade, contrastam com o projeto ético-político que preconiza a eliminação do preconceito, o combate às opressões e, neste sentido, contrasta também, com a defesa do laicismo na formação e atuação profissional, que deve ser calcada no arcabouço teórico crítico, radical e histórico.

Ademais, problematizar outros fatores que incidem na formação e trabalho do assistente social, tais como gênero, classe e política, no contexto neoconservador, desvela caminhos obscurecidos pela prática cotidiana dos assistentes sociais. Tais fatores se imbricam objetiva e subjetivamente e interferem nos marcos legais da profissão.

Comprometido com esse debate Simões (2008, p. 47), assinala que e as motivações de ingresso ao curso de serviço social o perfil profissional do assistente social, se encontra em primeira instância, ligados aos valores de origem religiosa, política, social e de gênero; e a que em segunda instância, se caracteriza pelo busca de ascensão social e profissional.

É nessa perspectiva, que Santana e Matos (2015, p. 47) evidenciam que a socialização religiosa na formação do assistente social se inicia na família e ulteriormente é



complementada na Igreja. E que a universidade e o mercado de trabalho, contribuem para a demarcação da desigualdade imposta pela divisão sexual do trabalho.

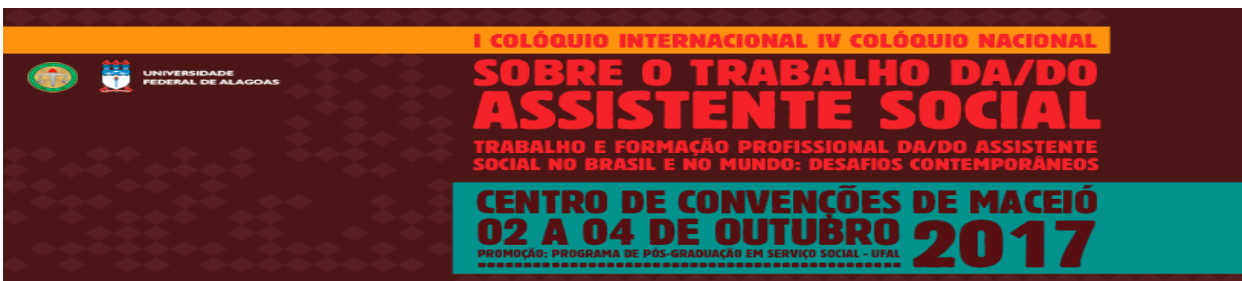
Vemos que paralelamente à vida privada da mulher se encontra a socialização religiosa. Santana e Matos (Idem., p. 48), argumentam que os valores humanos e religiosos se concatenam com as funções femininas, tais como o “cuidado, o altruísmo, a educação e a abnegação”. Desse modo, a igreja associa-se a este elemento e interfere no “*habitus*” feminino. Por isso, não por acaso, as profissões ditas “femininas” absorvem a identidade comparadas ao cuidado, à educação e a benevolência ao próximo.

ALMEIDA (2006) verificou, em pesquisa realizada em São Paulo no ano de 2003 com 50 pessoas selecionadas, que em cada três indivíduos, a transmutação de religião já havia ocorrido uma vez na vida. A pesquisa demonstrou que cerca de $\frac{1}{3}$ das pessoas evangélicas circundam pelas designações, como as pentecostais. Nesta pesquisa, a religião católica foi a mais comentada. Além disso, “o survey mostrou que daqueles que praticam mais de uma religião, cerca de 8%, metade tem como segunda opção os evangélicos, boa parte deles formada por pentecostais; e a primeira religião destes é na quase totalidade o catolicismo” (ALMEIDA, 2004 apud ALMEIDA, 2006, p. 06-09).

Num outro recorte, pesquisa realizada por Santana e Matos (2015, p. 49-50) com assistentes sociais em Aracaju/SE, em 2009, aponta que o ingresso no curso de serviço social se deu motivado pelo ideário da filantropia, da caridade e da assistência aos segmentos de baixa renda, configurando 86% entre as entrevistadas, ao passo, que apenas 4% dentre as entrevistadas, tiveram como motivação a ascensão social.

A referida pesquisa indicou também que 69% das assistentes sociais são católicas, 10% protestantes e 4% espíritas e 4% evangélicas. Ademais, no círculo familiar das assistentes sociais entrevistadas, 87% possui caráter religioso (Idem., p. 49-50).

Ainda nessa análise, a vida religiosa das profissionais de serviço social pode ser conferida mediante frequência semanal (34%) e mensal (26%) às Igrejas, a partir de uma formação religiosa diversificada, desde a fase da infância e na adolescência, por intermédio de missas, cultos, catecismo, escola religiosa, grupos de jovens, ou trabalhos de cunho beneficentes. Atestou-se que o catolicismo permeia mais da metade do perfil religioso da família de origem dos (as) assistentes sociais (69%) e somente 10% destes foram identificados como sem religião. As mães das entrevistadas se apresentaram mais religiosas



(74% são católicas) do que os pais (61%), fato que fortalece a relação entre determinantes religiosos e de gênero (Idem.,p. 49-50)

De outro ponto de vista, Maia e Silva (2011), verificam em pesquisa realizada em Londrina/Paraná, na Igreja Comunidade Evangélica de Libertação – ICEL, que o movimento pentecostal é composto por uma população afastada da aquisição de bens materiais, do consumo e dos serviços sociais. Desta forma, a igreja tende a se aproximar da comunidade através de ações caritativas, como meio aumentar a quantidade de adeptos, isso é favorecido, pelo descaso do poder público no provimento de serviços públicos e em sua perspectiva de equidade social (SILVA, 2008 apud MAIA e SILVA, 2011, p. 2853-2855).

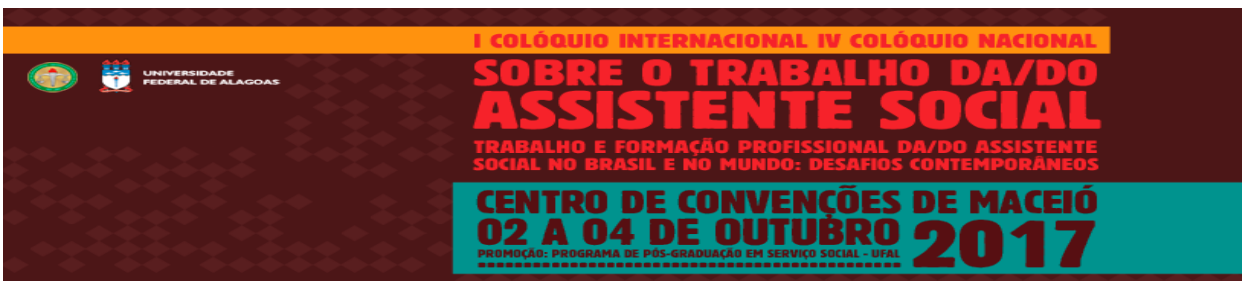
Nessa perspectiva, Simões (2008, p. 49) reflete sobre o desejo dos assistentes sociais que os princípios do Código de Ética Profissional (1993), baseados “na defesa intransigente dos direitos humanos” e na “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”, se efetive, embora considere que em tal há um ponto de tensionamento a ser destacado, dentre tantos outros existentes, que são os valores internalizados na perspectiva religiosa e de gênero, constituinte da subjetividade dos (as) assistentes sociais.

Na via do corte de gênero, Santana e Matos (2015, p. 48), apontam que a vida privada feminina possui aspectos que delimitam sua formação profissional, visto que a mulher assume papel frente a múltiplas tarefas que se estendem na esfera pública, de modo que “os afazeres domésticos compõem saberes (cuidar, organizar, educar, orientar) que ajudam na definição de escolhas profissionais e na mobilidade dentro do universo profissional”.

A realização de variadas funções femininas se constitui em meio à busca por conciliação do ser mãe, cônjuge, estudante, profissional, dona de casa orientada pelo pensamento de ser mulher (cuidar, auxiliar, educar e ajudar), o que provoca em certos momentos uma ambiguidade e posturas adversas, que geram sentimentos como a angústia e o desapontamento (OLIVEIRA, 1993 apud SANTANA e MATOS, 2015, p.48).

Não apenas na esfera micro, do mundo individual e privado, mas da realidade social a religião se coloca a serviço da legitimação da dominação e é atravessada pelos conflitos de classe (HERVIEU, 2009, p. 17 apud MAIA e SILVA, 2011, p. 2855).

Nessa esfera, de interferência da religião atravessada pelos processos de socialização do mundo privado e do mundo público, Simões (2008, p. 50) aponta que outro



fator para investigação do perfil profissional e seu fazer, são os “elos morais” produzidos entre os profissionais de Serviço Social e os usuários de serviços, com a ênfase nas maneiras interventivas particulares. “Mais do que uma simples intervenção técnica, a prática dos assistentes sociais utiliza-se da influência pessoal do próprio agente, como instrumento da ação assistencial”.

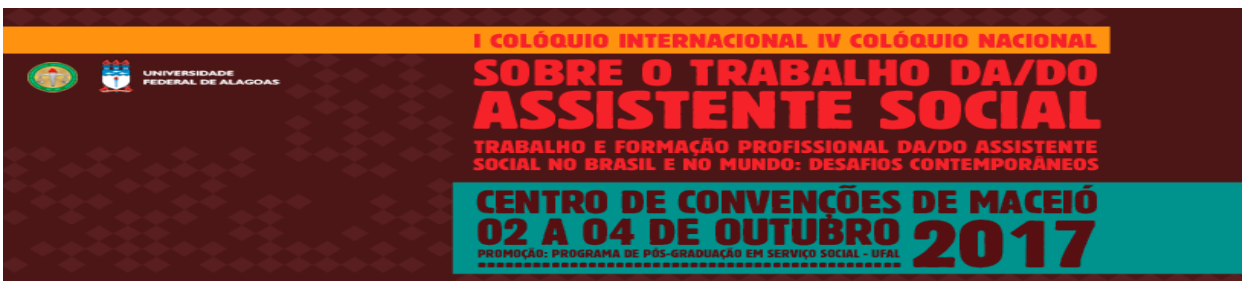
Sendo assim, a prática dos assistentes sociais é permeada pela beneficência, que passa a se constituir uma maneira de tutela influenciada em um dever moral com o estado normativo público, baseada numa conduta ética. Ademais, a relação entre a categoria profissional e o usuário, é alicerçada na questão tutelar, paternalista e moralista (Idem., 2008, p. 51).

Neste sentido, há que se indagar: Como este profissional deve se nortear para alcance do posicionamento em favor da equidade e justiça social de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais?

Na visão de Barroco (2011, p. 2012), em primeiro lugar, o profissional precisa estar consciente politicamente e atualizado sobre a sociedade em geral, trabalhar aliado aos profissionais que partilhem dos mesmos ideais, da categoria profissional, de entidades representativas, de movimentos de cunho social e da classe trabalhadora. Considera-se necessária a articulação com o projeto profissional para que o conservadorismo e a moralidade religiosa não tomem à frente dos direitos sociais dos usuários das Políticas Sociais. Para a referida autora “a re-atualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo teórico e técnico, pela fragilização de uma consciência crítica [...]”.

Por essa via é bom que se recorde, que a cultura profissional colide contra a hegemonia política, que tende a direcionar as ações estratégicas da profissão. As visões dos profissionais de Serviço Social procuram dar novo rumo à categoria profissional, compondo-se de: princípios, valores, concepções teóricas, objetivos e a prática profissional. Isso se verifica com o Código de Ética Profissional (1993), que delineou avanços na direção estratégica da profissão, ao adotar como valor ético central a liberdade e, como princípios, a democracia e a justiça social (NETTO, 1996).

Na linha desse raciocínio, Braz e Teixeira (2006) afirmam que esse projeto é fundamentado por “princípios e valores éticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à sociedade do capital; lutas e posicionamentos políticos acumulados



pela categoria das/dos assistentes sociais em suas organizações políticas e em sua articulação com outros movimentos sociais” (BRAZ E TEIXEIRA, 2006 apud PINHEIRO, 2015, p.201).

Verifica-se, a partir dos anos 80, a intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, em defesa da direção social da profissão com vistas a seu amadurecimento profissional. Contudo, isso não significou que o mesmo foi totalmente ultrapassado, mas que os críticos e contestadores da categoria profissional tiveram coragem para expressarem-se amplamente na defesa de espaços ideo-políticos e legitimarem o direito a divergências (NETTO, 1996).

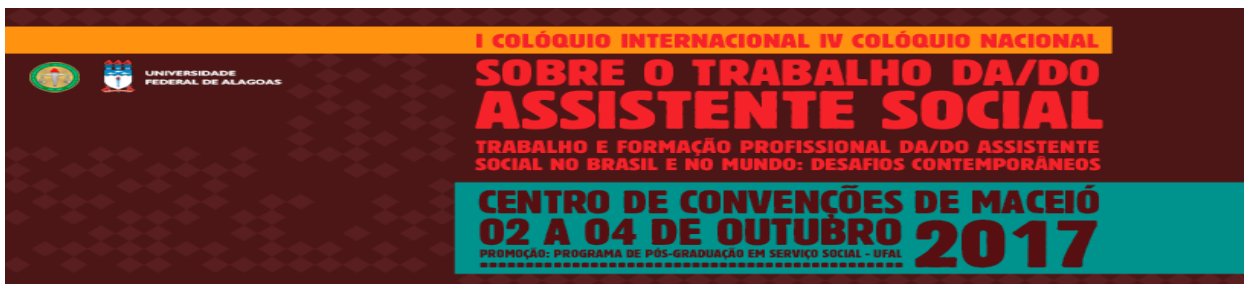
O debate centrado na questão dos preconceitos aparece justamente a partir da aproximação, aprofundamento e consolidação da teoria crítica marxiana e marxista na formação, pesquisa e atuação profissional. O Serviço Social passa a pensar o mundo, suas relações, seus fundamentos de maneira distinta à de outrora. Nesse processo, repensa também o entendimento sobre a natureza da profissão, seus objetivos, seu objeto de intervenção, as dimensões políticas de sua atuação e de sua organização coletiva, além dos aspectos interventivos e operativos no limiar do cotidiano profissional, buscando a desnaturalização das mais diversas desigualdades (PINHEIRO, 2015, p.199).

A intenção de ruptura deu suporte à renovação teórico-cultural da profissão, dentro das academias de Serviço Social e fez surgir uma cultura profissional muito distinta ao permitir emergir uma direção social que era oposta por ser contra a hegemonia política, o conservadorismo e a pós-modernidade, onde o capital se gestava e ganhava terreno. Os projetos sociais do Serviço Social não se compatibilizavam com o contexto político e a problemática consistia na cultura profissional, que para a hegemonia política, deveria ser compatível com os seus interesses (NETTO, 1996).

Na afirmação de Netto (Idem., p. 117) houve um posicionamento sobre qual se lançou a direção social da categoria profissional. Do que se discutiu nos anos 80 e 90, a questão é: “manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la”, eis o que teremos que enfrentar.

Netto (Idem) sustentou a ideia de que não haveria confrontos ideo-político, mas questionamentos sobre o debate travado nos anos 80 acerca das matrizes de cultura profissional, na qual a profissão passou a ter influência da tradição marxista.

O enfrentamento contra o conservadorismo carece de profissionais ousados no sentido cívico e intelectual e que tomem posição nos debates e impasses sócio-políticos em



curso. Além, da necessidade de discernimento intelectual para perceber as transformações societárias e suas tendências, mesmo diante de algumas debilidades da própria formação (Idem., 1996).

Os argumentos de Netto (idem) nos põem a pensar na ameaça da dimensão ético-política da profissão frente a essa onda neoconservadora em escala mundial.

Refletir acerca dos elementos apresentados é de suma importância em função da conjuntura desse avanço e traçado neste construto. Trata-se de problematizarmos sobre os processos de subjetivação oriundos das experiências religiosas e o modo como estas impactam as diferentes esferas de atuação dos sujeitos, sobretudo os profissionais, na vida pública.

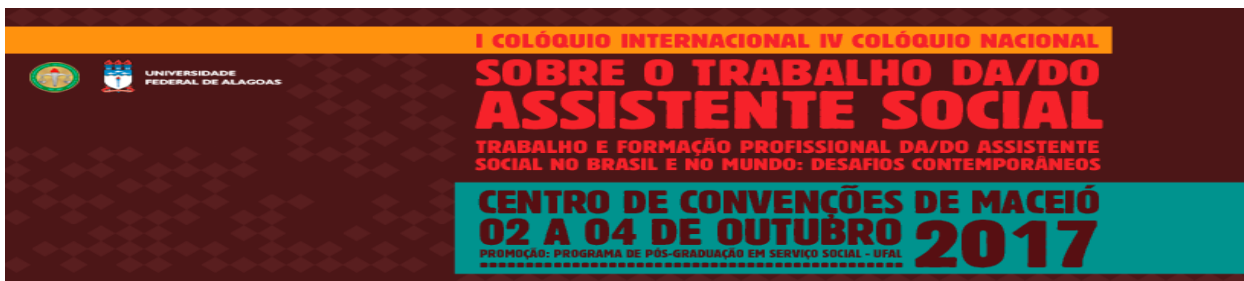
Portanto, o se quer destacar é que o combate ao conservadorismo é uma luta que ultrapassa décadas e se faz ainda mais necessária nos tempos atuais. O meio de combate é o fortalecimento coletivo dos sujeitos no conjunto da sociedade e dos profissionais do Serviço Social, a rigor qualificados por meio de uma formação profissional consolidada, por elementos teórico-metodológicos, orientados por base ético-política crítica.

III. CONCLUSÃO

Compreender a dimensão religiosa na sociedade moderna supõe problematiza-la enquanto visão de mundo, dado o reconhecimento de que tal dimensão é atravessada por diversos valores e comportamentos que saltam do mundo privado e atingem o mundo público. Desse modo, o Estado que deveria ser laico, se descaracteriza enquanto as políticas públicas se despolitizam. Com esse desenho esboçado no contra fluxo de uma ordem civilizatória que preza pelo bem comum, os sujeitos são orientados por um subjetivismo individualista. Quais as implicações desse processo, característico da cultura ocidental moderna e com repercussões peculiares no Brasil (desigualdade e autoritarismo), se esboçam na formação e trabalho dos assistentes sociais brasileiros?

Dos elementos que foram recortados e aqui expostos, destacam-se estes como principais:

- 1) O neoconservadorismo religioso como detentor de uma lógica que favorece o fortalecimento de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal formadora do *ethos* da família brasileira.



- 2) Os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas tornam-se potenciais obstáculos à efetivação da vertente teórico-metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social a partir dos anos 80 e inspiradora do Projeto Ético-Político vigente da categoria.
- 3) As variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política devem ser consideradas na análise da formação e trabalho dos assistentes sociais, enquanto elementos, atravessados pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista que incide também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo Romulo Machado de. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: _____. Faustino Texeira & Renata Menezes. (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, p.01-16, 2006.

BARROCO, M.L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/9217924714.O-Projeto-Etico-politico-Do-Servico-Social.pdf>>. Acesso em: 21.jun 2017.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. *Rever*, nº 01, ano 11, p. 105-124, jan/jun 2011.

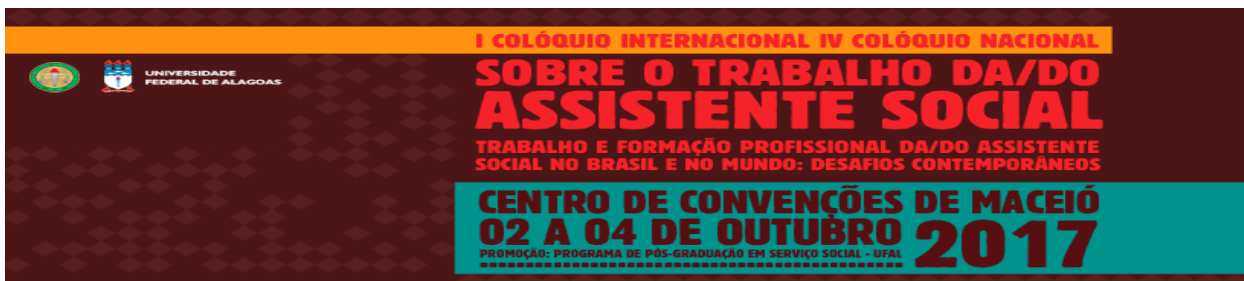
Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis:Vozes,1998.

CFESS. Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. CFESS, Brasília, maio 2005.

COUTO, Márcia Thereza. Gênero, Família e pertencimento religioso na redefinição de ethos masculinos e femininos. *Anthropológicas*, Recife, v.13, n.1, p.15-34, 2002.

MAIA, Tatiane Simões; SILVA, Claudia Neves da. Religião e Religiosidade na Contemporaneidade: Um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades. In: _____. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, Paraná/Curitiba, p. 2850-2858, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 50, ano XVII, p. 87-132, abril. 1996.



PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. *Temporalis*, Brasília, v.15, n.29, p.195-220, jan/jun 2015.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju (SE), v.4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SIMÕES, Pedro. *Assistentes Sociais e religião*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Por que Estudar o perfil profissional? *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n.1, p. 45-61, 2008.

SOUZA, Robson da Costa. A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. *Fazendo Gênero* 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079-ARQUIVO-Robson-Souza.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2017.